

A RELAÇÃO POBREZA X EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO

Maria Eduarda de Moura¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir a relação pobreza e educação, uma relação marcada pela dinâmica capitalista de produção, cujo produto é a miséria da classe trabalhadora. A naturalização da pobreza e a utilização da educação como um instrumento de combate a ela são concepções contraditórias e estão longe de resolver a problemática em sua essência, visto que partem de teorias existentes com o intuito de afastar a problemática da luta de classes e mistificar a realidade material da classe proletária, que é a força motriz do sistema capitalista.

Palavras-chaves: Capital; Pobreza; Educação.

Abstract: This article aims to reflect on the relationship between poverty and education, a relationship marked by the capitalist dynamics of production, whose product is the misery of the working class. The naturalization of poverty and the use of education as an instrument to combat it are contradictory concepts and are far from solving the problem in its essence, since they start from existing theories with the intention of removing the problem of the class struggle and mystifying the material reality of the proletarian class, which is the driving force of the capitalist system.

Keywords: Capital; Poverty; Education.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de pensarmos o lugar ontológico da educação na dinâmica social do capital, visto que a relação alienada de produção tem se utilizado dela enquanto política de combate à pobreza. O objetivo é refletirmos a partir da perspectiva marxiana-lukácsiana alguns aspectos gerais dessa relação.

A perspectiva teórica abordada entende que este tipo de estratégia decorre do abandono à centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social e da história da humanidade por parte das principais teorias que embasam a educação e qualquer outra área que tenta explicar seu papel na reprodução social dos indivíduos para além da base capitalista.

¹ Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – PPGSS/UFAL Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social - GPSRS. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. E-mail: eduardamourha@outlook.com.



Iniciamos o primeiro tópico resgatando a análise de Karl Marx, na qual ele fala no capítulo XXIII de sua obra “O capital” a respeito da “Lei geral da acumulação capitalista”, que explica o processo de pauperização da classe trabalhadora. Deixando claro que, para ele, a pobreza não é um fenômeno natural, nem uma escolha subjetiva dos indivíduos ou mesmo um problema de má gestão do governo, como insistem alguns teóricos. Na verdade, se trata de um problema que é social e histórico, ou mesmo, se podemos assim concluir, como sendo um projeto de classe.

Depois de apreendermos a base material da pobreza, iremos refletir sobre a educação, ao indagar: Como ela passou a ser uma política estratégica de combate à pobreza e como se dá essa relação? Por fim, no terceiro momento tentaremos demonstrar com alguns dados da atualidade brasileira como essa relação é contraditória.

Afirmamos aqui a importância de analisarmos as categorias sociais e, portanto, a sociedade, à luz da ontologia do ser social, uma vez que as análises filosóficas que tentam resolver as questões do ser social embrincado por outros caminhos, “acabam esbarrando no deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política” (BERTOLDO, 2017, p. 240). Para nós, não considerar a prioridade ontológica do complexo econômico, nos impede de dar respostas concretas aos indivíduos pauperizados.

2. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: APREENDENDO AS BASES MATERIAIS DA POBREZA

A pobreza, talvez seja vista por muitos como um assunto bastante repetitivo para diversas áreas de conhecimento, mas ressaltamos aqui sua atualidade, já que é um problema que continua a desafiar os mecanismos estatais nacionais e internacionais. A pobreza volta a ser assunto dos mais diversos campos teóricos, visto que o capitalismo evidencia mais um sintoma da crise estrutural do capital² que

²Para Mészáros (2011) “uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, [...] põe em questão a própria existência do complexo global envolvido. [...] Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos* mas aos limites últimos de uma estrutura global.” (p. 796-797).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ele experimenta desde meados da década de 1970, conforme nos diz Mészáros (2011).

Começamos a nossa análise a partir da primeira onda industrializante da Inglaterra no século XIX, onde é datada a emergência do fenômeno da pauperização absoluta da classe trabalhadora. Um fenômeno novo para sua época. Tratava-se de um grande crescimento na capacidade de produzir riqueza, mas que ao mesmo tempo, fazia crescer a pobreza generalizada da classe proletária, em todos os sentidos. Desse modo:

[...] pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia em razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (NETTO, 2022, p. 2).

A partir do século XIX este fenômeno da pauperização ganha um novo sentido, pois marca o amadurecimento da sociedade capitalista que vinha gestando-se lentamente. A pobreza emergente agora tem relação direta com a razão de ser da sociedade de mercadorias.

No capítulo XXIII da obra “O capital”, Marx (1985) aponta como o crescimento do capital exerce influência na vida dos trabalhadores. Aqui, trata da composição orgânica do capital que ele apreende ter duplo sentido: capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho).

Também é possível visualizar nesta mesma obra, a partir do capítulo XXIV que trata da origem desse sistema de produção através da acumulação primitiva, como “os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*”. (MARX, 1985, p. 275). As leis que sucederam a sociedade capitalista no sentido de enfrentamento à pobreza, na verdade, são reformulações do que foi colocado anteriormente a partir do controle e marginalização dos indivíduos.

Para Marx (1985), o crescimento de capital implica também crescimento na sua parcela variável, ou seja, “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de trabalho” (p. 187). Este crescimento vai se recolocando em escala cada vez mais ampliada devido as novas necessidades sociais que vão surgindo.

[...] Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados de outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele (MARX, 1985, p. 188).

Essa relação que existe até hoje, gestou-se sob a expropriação dos meios de produção dos camponeses, foi forjada a “sangue e fogo”. O roubo, a pilhagem, o assassinato foram a base da acumulação primitiva e continua sendo base deste sistema que impera de modo incontrolável. Para Marx (1985), quanto mais cresce o capital, mais cresce com ele a exploração e dominação de seus subordinados. A “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 1985, p. 191), e nesta relação, o salário que se paga ao trabalhador garante apenas sua sobrevivência.

O capital pode ser considerado como uma força que acumula, centraliza e expande. Marx (1985) explica cada uma dessas categorias ressaltando que

a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. (p. 198).

Isto quer dizer que, ao capital se recompor, repele trabalhadores. Sua ampliação se realiza, isto é, seu componente constante cresce “à custa do componente variável” (idem). Sendo assim,

o crescimento absoluto do capital está ligado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho absorvida por ele; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento, ora ocorre mudança orgânica e se contrai sua componente variável; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma está agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. (MARX, 1985, p. 199).

O autor está certo de que esta população trabalhadora excedente é vital ao modo de produção capitalista, pois “ela proporciona às suas mutáveis necessidades

PROMOÇÃO



APOIO

de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (MARX, 1985, p. 200).

Sendo assim, o capital cria uma população própria ao modo de produção capitalista, e esta população é também uma alavanca para a acumulação, pois à medida que cresce a massa de riqueza social criada pelo desenvolvimento da acumulação esta é transformada em capital excedente. Esse capital excedente é lançado nos ramos antigos de produção e nos novos ramos que surgem a partir da ampliação dos mercados. Por isto, a necessidade desse contingente populacional para serem usados nesses pontos decisivos ao capital, sem que a produção seja atingida em outras áreas.

Marx (1985) consegue demonstrar como o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a força produtiva de trabalho permitem que o capitalista, ao mesmo tempo que pode despende de capital variável, a partir da inserção de novas tecnologias, consiga com isso aprofundar a exploração do trabalhador. Essa massa supérflua serve para que o capitalista possa mover, sempre que precisar, mão de obra menos qualificada por mais qualificada, trabalhadores mais velhos por mais jovens etc. A própria organização dos trabalhadores pode ser influenciada a partir disso, já que sempre haverá alguém apto a substituir qualquer trabalhador insatisfeito com tais condições.

Sobre isso, Engels (2010) sustenta que:

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida [...]. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. [...] Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes. (p. 118).

Ao tratar a respeito do “operário moderno” no capitalismo, esse mesmo autor diz que o operário é um escravo de toda a classe burguesa “a ponto de ser vendido como uma mercadoria” (ENGELS, 2010, p. 119), porém ele não é vendido definitivamente, mas pouco a pouco, aparentando uma falsa liberdade.



No fundo para o operário, as coisas não mudaram; essa aparência de liberdade, por um lado, oferece-lhe certa liberdade real, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante que à burguesia não lhe interesse mantê-lo vivo. (ENGELS, 2010, p. 121).

Os acontecimentos que Engels retrata no seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010) nos chama atenção por ser um retrato dessa mesma classe na atualidade. Em qualquer país que se dirija encontraremos vestígios da miséria e pobreza que são produtos do modo de produção capitalista.

A lei geral da acumulação capitalista revela o caráter antagônico da relação capital x trabalho, pois aponta como o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento produtivo correspondente a acumulação do capital, criam uma superpopulação relativa, ao mesmo passo que prende a ele o trabalhador, “ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”. (MARX, 1985, p. 210).

A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1985, p. 210).

Pimentel (2012), ao resumir o sistema de causalidade do pauperismo a partir da lei geral da acumulação capitalista nos diz que:

Em linhas gerais, a lei geral da acumulação capitalista consiste no fato de que quanto [...] maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Esse pauperismo se constitui naquela camada social que perdeu a capacidade de vender a sua força de trabalho e tem de mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora através dos diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria, isto é, da classe que produz seu produto como capital. [...] a essência desse problema, ou seja, seus pressupostos básicos residem no caráter antagônico da acumulação capitalista, no qual se gera a riqueza de uns e a miséria de outros. **Portanto, a base de sua gênese é essencialmente econômica.** (PIMENTEL, 2012, p. 44-45, grifo nosso).

Sendo assim, fica evidente que o problema da pobreza é estrutural, própria da ordem sistêmica capitalista. Ela reside na relação capitalista de produção, e esta é a importância de a pensarmos a partir de sua gênese e razão de ser, para que

assim possamos fazer análises em relação ao seu enfrentamento nos dias de hoje, em um cenário de aprofundamento neoliberal.

A educação, para além de sua função ontológica, na era capitalista serve principalmente para qualificar os trabalhadores, para que estes estejam aptos a se integrarem as novas demandas da produção a partir das necessidades que se criam com o trabalho alienado. Porém, a ela tem sido imputado também o papel de solucionar a pobreza. Nesses termos, precisamos refletir o quanto esta relação está imersa em contradições.

3. RELAÇÃO POBREZA X EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea continua a negar a essência dos “males sociais”³, num jogo onde a responsabilidade da miséria é imputada aos indivíduos ou à sociedade. Pimentel e Costa (2011) afirmam que:

[...] por parte do pensamento liberal, a objetividade da questão social fica presa à polêmica entre responsabilidade individual e responsabilidade pública de resolvê-la pela via do Estado ou da sociedade civil. Uma polêmica ainda presente nos dias atuais, principalmente em tempos de neoliberalismo, quando se trata de defender a desresponsabilização do Estado das refrações da questão social expressas nas inúmeras formas de pobreza de grande parcela da sociedade. Deste modo, convém perceber que a intervenção sobre o pauperismo e seus desdobramentos, em outros termos, sobre as expressões da questão social, esteve permeada pela expansão do próprio capitalismo e da reprodução do capital. (PIMENTEL E COSTA, 2011, p. 9).

Como não podem eliminar a pobreza, os liberais atacam os males da pobreza; tudo aquilo que de alguma forma impede o desenvolvimento econômico. Para isto, “é preciso reduzir a atuação do Estado e investir em capital humano, estimular a competição, o livre mercado, combater a vagabundagem e a mendicância.” (SANTOS, 2019, p. 56). Responsabilizar os indivíduos por sua condição, a pobreza é apontada como resultado da inatividade, preguiça ou incompetência desses indivíduos. Do ponto de vista político, a pobreza e suas consequências sempre serão tratadas como uma questão natural ou como deficiência administrativa (MARX, 1995).

³ Termo utilizado por Marx (1985) no livro O capital ao se referir aos problemas causados pelas desigualdades que resultam das relações capitalistas de produção.



Porém, diria que atualmente as contradições da sociedade têm mostrado uma lógica ainda mais perversa da ordem capitalista diante do neoliberalismo, os homens são cada vez mais responsáveis por suas condições materiais e por isso vemos crescer a tendência de naturalização das desigualdades sob um entendimento de ‘má natureza humana’.

O século XX inaugurou uma onda de “transformações societárias emergentes desde a década de 1970”. (NETTO, 2022, p. 11) com muitas alterações na base produtiva do sistema devido aos impactos da chamada Revolução Científica e Tecnológica. Tudo isso para dar respostas as exigências do grande capital que começa a dar os primeiros sinais de sua crise estrutural. Sendo assim,

[...] o projeto restaurador viu-se resumido no tríplice mote da ‘flexibilização’ (da produção, das relações de trabalho), ‘desregulamentação’ (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da ‘privatização’ (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital, parcelas expressivas de riquezas públicas, especial, mas não exclusivamente nos países periféricos, a ‘desregulamentação’ liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. (NETTO, 2022, p. 12).

Todos estes novos processos produtivos têm impacto direto na composição orgânica do capital, cujo resultado é o crescimento da força de trabalho excedente/exército industrial de reserva. Essas transformações e articulações do século XX tem se exacerbado já nas primeiras décadas do século XXI com o aprofundamento da ideologia neoliberal, que tem impacto brutal na vida dos trabalhadores. Portanto, “É nesse contexto que as políticas sociais, o trabalho e os direitos experimentam uma maior intensificação da mercantilização, desestruturação e privatização expressas nos sucessivos cortes orçamentários”. (BEZERRA e MEDEIROS, 2022, p. 72).

Alcântara (2017) argumenta que esta lógica de combate à pobreza esbarra na contradição da política, ou melhor, no limite ontológico da política. E do ponto de vista político, o Estado é o ordenamento da sociedade civil, desempenhando atividade de administração para o capital. Já a pobreza é produzida pelo próprio sistema capitalista, portanto, o Estado não pode eliminá-la sem que elimine a si

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mesmo, desta forma, cabe a ele administrá-la de maneira que menos perturbe o capital.

Hoje, os mecanismos ideológicos existentes, nos têm levado à centralidade da política, em detrimento da centralidade do trabalho e do complexo econômico. A consequência disto são as análises da educação “tomada em sua forma global [...], em seu sentido específico” (BERTOLDO, 2017, p. 244) e as estratégias estatais que querem utilizá-la como mecanismo de combate à pobreza. Para nós, essa estratégia é deverasmente contraditória, uma vez que a pobreza é resultado da dinâmica capitalista de produção, que tem por base o trabalho alienado. Já a educação está inserida no campo da totalidade social, é um complexo social necessário à reprodução dos indivíduos, capacitando-os para as situações novas de sua vida. Vejamos:

Na sociedade atual a perspectiva burguesa ao buscar estreitar os laços entre trabalho e educação, por meio de uma ‘crescente subordinação da educação aos interesses do mercado, em escala mundial’ (JIMENEZ, 2010, p. 15), difunde o mito de que, por meio da educação, o indivíduo se torna apto para o mercado de trabalho e com isto, modificar sua condição de vida. Contrapondo-se esta concepção defendemos, com Mészáros (2005, p. 9), que ‘educação não é negócio, é criação. [A] educação não deve qualificar para o mercado de trabalho, mas para a vida’. (BERTOLDO, 2017, p. 247-248).

Visto que o capitalismo contemporâneo é apenas o resultado da sua expansão sem limites, seu cerne continua sendo o mesmo – a exploração do trabalho vivo – gerando novas tensões, novas contradições; e quando não as gera, amplia e exacerba outras já existentes. Desta forma, precisamos apreender as transformações no âmbito da sua relação com a educação, já que a esta é imputada a tarefa de amenizar a pobreza no Brasil.

4. A POBREZA E A EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A educação em sentido *strito*, é que se generaliza de forma mais abrangente e se torna mais valorizada no capitalismo. Atualmente as condições para pensar a educação como estratégia de combate à pobreza tem se afunilado. A crise

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estrutural do capital mostra que o desemprego gerado pela lei geral capitalista assumiu o caráter crônico (MÉSZÁROS, 2011) e a consequência desse processo é que a educação precisa se adequar a esta nova dinâmica.

Antes podíamos observar dois modelos de educação muito bem definidos, uma escola para ricos, que preparava os futuros intelectuais da burguesia e outra para pobres, que prepararia os indivíduos para as atividades manuais. Hoje, “a conjuntura de incertezas e inseguranças favorece a elaboração de políticas voltadas a garantir que distintos modelos educativos se ocupem de atender às necessidades da sociabilidade em crise”. (SANTOS, JIMENEZ, GONÇALVES, 2017, p. 70). Esses modelos de educação são implementados principalmente pelos organismos internacionais preocupados em baratear (para eles) e vender pacotes da mercadoria educação.

A página oficial do Banco Mundial no Brasil, que se intitula como o maior financiador da educação no mundo, em seu tópico “compreendendo a pobreza”, aponta no caso da educação básica que:

Investir nos primeiros anos é uma das coisas mais inteligentes que um país pode fazer para eliminar a pobreza extrema, aumentar a prosperidade compartilhada e criar o capital humano necessário para que as economias se diversifiquem e cresçam [...]. (BANCO MUNDIAL, 2022, disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/education>).

No mesmo documento eles também argumentam que no mundo todo apenas 60% das crianças de 03 a 06 anos de idade têm acesso a pré-escola, além dos alarmantes números que apontam a desnutrição como um dos principais impedimentos para que estas crianças consigam atingir seu potencial de desenvolvimento, por causa da pobreza.

Neste caso, nos chama atenção como o interesse em investir na educação básica para “construir capital humano” é para estes organismos também a solução para melhorar a produtividade e aumentar os salários, quando na verdade a própria lei geral aponta que não se trata apenas de qualificação profissional, o salário dos trabalhadores é condicionado por outros fatores estruturais. Por isso, concordamos com ARROYO (2017) quando diz:

PROMOÇÃO



APOIO



Os estudos sobre pobreza-educação também desconstruem essa condicionalidade, pois mostram que os níveis de escolarização, assim como os de pobreza, aumentaram. Houve maiores avanços nos níveis de escolarização dos filhos dos pobres do que na redução da pobreza. Igualmente, os estudos sobre pobreza-emprego-desemprego-educação desconstruem essa condicionalidade. Os índices de escolarização aumentaram, contudo, os de desemprego, de empregos precarizados e temporais também aumentaram até para os escolarizados. Esses estudos têm mostrado que a relação entre pobreza, trabalho, renda e educação esteve sempre e continua marcada por classe, etnia, raça, gênero. (p. 154 – 155).

Sobre a educação superior, o Banco Mundial (2022) tem um *slogan*: “O Ensino Superior é fundamental para promover o crescimento, reduzir a pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada” (Banco Mundial, 2022, disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/tertiaryeducation>) o qual aborda a ideia de que o investimento neste setor trará um retorno financeiro maior para quem possua este nível de escolaridade, ficando de fora as análises das reformas aplicadas e redução de investimento, que impactam diretamente na qualidade do ensino superior público. Abre-se mão da autonomia universitária e qualidade do ensino ofertado por meio das reformas que desqualificam o ensino-aprendizagem.

Como dito anteriormente, o nível de desemprego que experimentamos nas últimas décadas não será superado apenas pela política de qualificação profissional. Estes discursos mascaram a realidade que é: não há vagas de emprego para todo o contingente de desempregados. Portanto,

A educação agora passa a responder o imediatismo de forma supérflua, com medidas descartáveis que apenas expressam seus limites e impossibilidades. Assim passa a adotar o discurso do empreendedorismo, do empoderamento, da educação ao longo da vida, do aprender a aprender etc., e transfere para o indivíduo particular a responsabilidade por seu sucesso na vida profissional. (SANTOS, JIMENEZ, GONÇALVES, 2017, p. 71).

Mesmo antes da pandemia da Corona vírus (2019), estudos já mostravam preocupação com relação ao ensino superior público, que vem experimentando o processo histórico de aprofundamento com o direcionamento neoliberal nas políticas sociais, que chega a modificar o próprio papel social da universidade por meio de leis, que modificam/revogam outras, mas sempre com o objetivo de “potenciar o aparelhamento do fundo público em prol da apropriação privada, tipicamente

PROMOÇÃO



APOIO



capitalista, em que pese sua face especulativa e parasitária”. (SILVA, MELIM e TEIXEIRA, 2021, p. 2).

Esta forma de crise sanitária mostrou a violenta extração de direitos sociais, precarização da saúde pública, do desemprego crônico, do deslocamento de recursos públicos para o grande capital e o desmonte da educação aos motes do mercado. Não é de se estranhar que os dados das pesquisas sobre a juventude brasileira mostrem que “o grupo etário de 18 a 24 anos de idade evidencia que, em 2020, não estar ocupado nem estudar se tornou a situação mais comum.” (IBGE, 2022, p. 38).

Quando partimos para a análise dentro da federação encontramos a região Norte e Nordeste com os piores índices, como é de se esperar devido aos fatores estruturais de desigualdade histórica que perpassam essas regiões.

Em 2021 [...] percentual médio desses jovens para o País (25,8%) dividiu essas unidades em dois grupos: os das Regiões Norte e Nordeste com percentuais acima da média nacional (com exceção de Rondônia) e os das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com percentuais abaixo da média nacional (com exceção do Rio de Janeiro). **Destaque para Maranhão e Alagoas com os maiores percentuais de jovens que não estudavam nem estavam ocupados (37,7% e 36,6%, respectivamente)** e para Santa Catarina e Paraná com os menores percentuais em 2021 (12,2% e 17,9%, respectivamente). (IBGE, 2022, p. 40, grifos nossos).

Além das desigualdades estruturais referente as regiões do país, os dados também mostram que as mulheres pretas são maioria no percentual de jovens que não estavam estudando ou em alguma ocupação/trabalho. Estes dados apontam que os papéis sociais de gênero e raça também são problemáticas que atravessam a relação pobreza e educação, e não podem ser ignoradas ao se pensar políticas educacionais e de combate à miséria, como políticas de emprego e renda, por exemplo.

Em 2021, dos 12,7 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor ou raça preta ou parda representavam 5,3 milhões desses jovens (41,9%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 2,6 milhões (20,5%), totalizando 7,9 milhões de mulheres ou 62,5% dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Os 4,7 milhões de jovens restantes nessa situação eram compostos por 3,0 milhões de homens pretos ou pardos (24,3%) e por 1,6 milhões de brancos (12,5%). (IBGE, 2022, p. 41).

PROMOÇÃO



APOIO



Estes dados ilustram alguns dos principais desafios para as políticas sociais, os quais servem principalmente para revelar a situação da classe trabalhadora, fortemente atada nas teias da alienação, seja em seus postos de trabalhos precarizados e informais, seja por meio de uma educação mercadológica, produtivista, meritocrática e sucateada por todos os lados, que pese em função de conteúdo ou por modelos de gestão e funcionamento pensados para elevação do desenvolvimento produtivo para o capital e seus lucros.

5. CONCLUSÃO

A partir das reflexões aqui pontuadas constatamos que, só poderemos intervir na realidade social de maneira efetiva, se for do ponto de vista da luta de classe. Nesses termos, precisamos apreender que,

o indivíduo se constitui tendo por base as condições materiais e históricas produzidas pela humanidade e as relações sociais a partir delas estabelecidas. E, por fim, entender que no processo de reprodução social todos os complexos sociais assumem determinada função. (SANTOS, 2019, p. 29).

Assim destacamos a importância de pensar a relação entre pobreza e educação, de forma crítica/radical, desmistificando as falsas teorias sobre a realidade. A educação precisa contribuir com a luta de classes na perspectiva da classe trabalhadora, desvelando os instrumentos de dominação burguesa e mostrando como a pobreza é produzida, pois esta se assenta na essência desse sistema. Ela não deve atuar como mais um instrumento de gestão da pobreza, tratada de maneira superficial, como aponta o projeto de educação vigente.

No texto abordamos dois aspectos dessa relação, o primeiro: o tratamento ideopolítico por parte do capitalismo a respeito da crise estrutural que atribui à política e ao Estado a resolução da pobreza que é essencialmente estrutural. Por isso a utilização da educação enquanto política social de combate à pobreza, pois ela é responsável por capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho, criando assim a ilusão de ascensão social.

O segundo aspecto abordado foi que, ao adotar a centralidade da política os aspectos de natureza ontológicas do ser social são escanteados, pois ao difundir

PROMOÇÃO



APOIO





que através da educação os indivíduos podem ingressar ao mercado de trabalho e mudarem sua condição de vida a partir dela, acabam retirando de cena a luta de classes e a prioridade ontológica do complexo econômico⁴.

Vimos também através da Lei Geral da Acumulação Capitalista que, o problema da pobreza reside na relação capital x trabalho. Sendo assim, sua resolução só é possível com a alteração dessa base material. A nosso ver, não há resolutividade para a pobreza no sistema do capital. Utilizando-se de instrumentos que não atingem sua raiz, só veremos a cada dia, novas nomenclaturas para um problema que permanece sendo o mesmo. Inventarão novas categorias, rebaixarão o conhecimento científico a todo custo. É no campo da luta de classes que a educação pode contribuir efetivamente. A atualidade nos convida a pensar a urgência de uma sociedade que vá “para além do capital”.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Norma. **Trabalho, pobreza e alienação**. Separata de: COSTA, G. M., PIMENTEL, E., ALCÂNTARA, N., SOUZA, R. (org.) Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais. Maceió: EDUFAL, 2017.

ARROYO, Miguel G.; SARAIVA, Ana Maria. **Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. Educação, pobreza e desigualdade**. Em Aberto, ano 2017, v. 30, ed. 99, p. 147 - 158, 29 set. 2017.

BANCO MUNDIAL, dezembro de 2022. Disponível em:
<<https://www.worldbank.org/en/topic/earlychildhooddevelopment>>. Acesso em: 30/01/2023.

BERTOLDO, Edna. **Ontologia e Educação**. Separata de: COSTA, G. M., PIMENTEL, E., ALCÂNTARA, N., SOUZA, R. (org.) Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais. Maceió: EDUFAL, 2017.

BEZERRA, A. L. S.; MEDEIROS, M. G. de. **O teletrabalho no contexto da pandemia da COVID-19**. Argumentum, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 67–80, 2022.

⁴ Sobre a questão da prioridade econômica com base em Marx, ver “Prolegômenos e Para Ontologia do ser social” (LUKÁCS, 2018).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, (Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels), 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 / IBGE**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 154 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 49) Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 28/01/2023.

MARX, Karl. Capítulo XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista, Capítulo XXIV A assim chamada Acumulação primitiva. In: **O capital** - Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 50, n. 1, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436.

PIMENTEL, Edlene & COSTA, Gilmaisa M. da. **Questão Social: novas formas, velhas raízes**. In: *Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia*. Maceió, EDUFAL, 2011.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: INSTITUTO LUKÁCS, 2012.

SANTOS, Maria Escolástica de Moura; JIMENEZ, Susana; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. **A produção e a gestão da pobreza: das relações entre capital, Estado e educação**. Separata de: NOMERIANO, Aline Soares *et al*, (org.). *As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise*. [S. l.: s. n.], 2017. p. 55 - 73.

SANTOS, Escolástica. **Trabalho, educação e pobreza** / Escolástica Santos. – Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

Valdo, J. P. da S., Melim, J. I., & Teixeira, R. V. (2021). **A regulamentação das parcerias público-privadas como tática para aprofundar a privatização das universidades federais e do aparato público de ciência e tecnologia no Brasil**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 20(1), e38031.

PROMOÇÃO



APOIO

